

Parecer nº 91/99

Data: 1999.06.16

Processo nº 601

Reclamante: Domingos José Fernandes Fevereiro.

Entidade reclamada: Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

I - Os Factos

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, “reclama” do indeferimento de passagem de certidão dos diplomas legais que aprovaram todas as normas relativas à legislação do trabalho, que havia requerido à Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

II - O Direito

1. O princípio do arquivo aberto, consagrado na Constituição (artigo 268º, nº 2) e normativamente concretizado na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, visa comunicar aos cidadãos informações sobre a actividade da Administração que, em face do segredo administrativo, anteriormente vigente, nunca chegariam a conhecer; mas não documentos que, pela sua própria natureza, como é o caso da actividade normativa do poder legislativo ou do poder administrativo, constam de diplomas publicados no Diário da República.
2. Se a Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade tiver uma lista já elaborada com a referida legislação, detém um documento administrativo comunicável.

Mas se não detém a lista dos diplomas legais que aprovaram as normas relativas à legislação do trabalho, não se encontra legalmente obrigada a elaborar tal documento para satisfazer um pedido de acesso ao abrigo da Lei 65/93, de 26 de Agosto, visto que esse trabalho implicaria investigação e não mera busca arquivística.

3. A reclamação apresentada fundamenta-se, porém, no indeferimento do pedido de certidão com os elementos de identificação dos actos legislativos e administrativos que aprovaram todas as normas da relação jurídica de trabalho.

Ora os serviços públicos não têm a obrigação de elaborar certidões de leis: não recai sobre eles a obrigação de garantir a conformidade do que consta do Diário da República com o que é aprovado pelo poder legislativo e promulgado pelo Presidente da República.

Os cidadãos não têm quaisquer direitos a obter, através da invocação da Lei 65/93, de 26 de Agosto, de nenhum serviço da Administração Pública, exemplares, fotocópias ou certidões de normas jurídicas publicadas em jornais oficiais.

III- Parecer

A CADA é de parecer que a Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade não tem que emitir a certidão solicitada por Domingos José Fernandes Fevereiro.

Aprovado na sessão da CADA de 16 de Junho de 1999.

Castro Martins (Presidente) – José Magalhães – Silva Marques – Narana Coissoró – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral – João Labescat